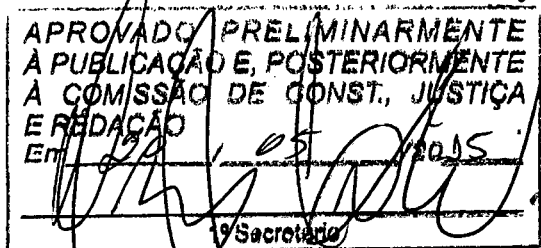




**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS



**PROJETO DE LEI Nº 370 DE 20 DE maio DE 2015.**



*"Dispõe sobre a alteração das terminologias "Portador de Necessidades Especiais (PNE)", "Portador de Deficiência" e outras por ventura existentes para "Pessoas com Deficiência" no âmbito do Estado de Goiás"*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos constantes no art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Esta lei dispõe sobre a alteração das terminologias "Portador de Necessidades Especiais (PNE)", "Portador de Deficiência" e outras por ventura existentes para "Pessoas com Deficiência", em conformidade com a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, da Presidência da República.

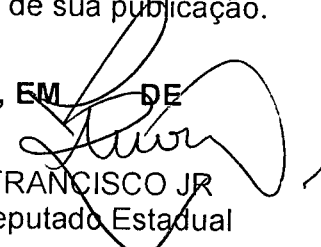
**Art. 2º** Para as finalidades desta Lei entende-se por "Pessoas com Deficiência" aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

**Art. 3º** Fica determinada a utilização da nomenclatura "Pessoas com Deficiência" para todos os órgãos e legislações vigentes no Estado de Goiás que abordem o disposto no Artigo 2º desta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES, EM 20 DE maio DE**

**2015.**

  
**FRANCISCO JR**  
Deputado Estadual



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS



## JUSTIFICATIVA

Este projeto de Lei tem como objetivo determinar a alteração das terminologias “Portador de Necessidades Especiais (PNE)”, “Portador de Deficiência” e outras por ventura existentes para “Pessoas com Deficiência”, no âmbito dos órgãos e legislações vigentes no Estado de Goiás.

Esta alteração foi inicialmente decidida pela Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e posteriormente regulamentada no país pelo Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, da Presidência da República.

A alteração na nomenclatura visa promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência promovendo o respeito pela sua dignidade inerente.

Historicamente as pessoas com deficiência já tiveram várias denominações. No século 20, o termo utilizado era “inválidos” que significava indivíduos sem valor. Até 1960, eram chamados de “indivíduos com capacidade residual”, o que foi um avanço da sociedade naquela época, pois, foi reconhecido que a pessoa tinha capacidade mesmo que ainda considerada reduzida. Outra variação foi o uso do termo “os incapazes”.

Entre 1960 e 1980, começava-se a usar as expressões “os deficientes” e “os excepcionais” que focavam as deficiências e reforçavam o que as pessoas não conseguiam fazer como a maioria. Nos anos 80, por pressão da sociedade civil a Organização Mundial da Saúde lançou a terminologia “pessoas deficientes”. A partir deste ato iniciou-se uma conscientização e foi atribuído o valor “pessoas” aqueles que tinham deficiências, igualando-os em direitos a qualquer membro da sociedade.

Nos dias atuais, muitos nomes ainda são utilizados como pessoas portadoras de deficiência, pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE), pessoas especiais ou portadores de direitos especiais. Considerados ainda a terminologia inadequada por representar valores agregados a pessoa.

Um dos princípios utilizados pela Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2008 para embasar a escolha da terminologia “Pessoa com



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS



Deficiência” foi defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades atendendo às diferenças individuais.

Nesta linha os termos “Portador de Necessidades Especiais (PNE)” e “Portador de Deficiência” remetem a condição de que a pessoa “porta” sua deficiência e não que ter uma deficiência faz parte da pessoa. A pessoa tem uma deficiência. Tanto o verbo “portar” como o substantivo ou o adjetivo “portadora” não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa”.

Pelas fundamentações acima expostas, entendo de extrema relevância a medida ora proposta, por isso apresento o presente Projeto de Lei, contando com o auxílio dos nobres pares para sua aprovação.

  
FRANCISCO JR  
Deputado Estadual



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

O PODER DA CIDADANIA

PROCESSO LEGISLATIVO

Nº 2015001710

Data Autuação: 20/05/2015

Projeto : 170-AL  
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO  
Autor: DEP. FRANCISCO JR.  
Tipo: PROJETO  
Subtipo: LEI ORDINÁRIA  
Assunto:

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DAS TERMINOLOGIAS"  
"PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE)",  
"PORTADOR DE DEFICIÊNCIA" E OUTRAS POR VENTURA  
EXISTENTES PARA "PESSOAS COM DEFICIÊNCIA" NO ÂMBITO DO  
ESTADO DE GOIÁS".



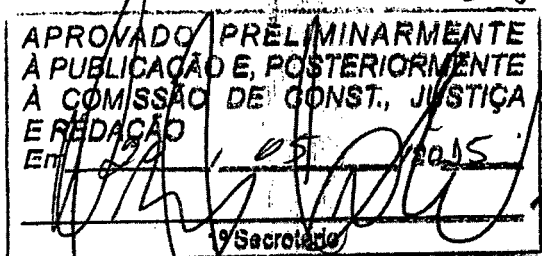
2015001710



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS



**PROJETO DE LEI Nº 370 DE 20 DE maio DE 2015.**



*"Dispõe sobre a alteração das terminologias 'Portador de Necessidades Especiais (PNE)', 'Portador de Deficiência' e outras por ventura existentes para 'Pessoas com Deficiência' no âmbito do Estado de Goiás"*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos constantes no art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Esta lei dispõe sobre a alteração das terminologias "Portador de Necessidades Especiais (PNE)", "Portador de Deficiência" e outras por ventura existentes para "Pessoas com Deficiência", em conformidade com a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, da Presidência da República.

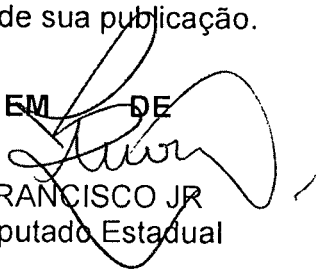
**Art. 2º** Para as finalidades desta Lei entende-se por "Pessoas com Deficiência" aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

**Art. 3º** Fica determinada a utilização da nomenclatura "Pessoas com Deficiência" para todos os órgãos e legislações vigentes no Estado de Goiás que abordem o disposto no Artigo 2º desta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

2015.

  
FRANCISCO JR  
Deputado Estadual



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS



## JUSTIFICATIVA

Este projeto de Lei tem como objetivo determinar a alteração das terminologias “Portador de Necessidades Especiais (PNE)”, “Portador de Deficiência” e outras por ventura existentes para “Pessoas com Deficiência”, no âmbito dos órgãos e legislações vigentes no Estado de Goiás.

Esta alteração foi inicialmente decidida pela Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e posteriormente regulamentada no país pelo Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, da Presidência da República.

A alteração na nomenclatura visa promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência promovendo o respeito pela sua dignidade inerente.

Historicamente as pessoas com deficiência já tiveram várias denominações. No século 20, o termo utilizado era “inválidos” que significava indivíduos sem valor. Até 1960, eram chamados de “indivíduos com capacidade residual”, o que foi um avanço da sociedade naquela época, pois, foi reconhecido que a pessoa tinha capacidade mesmo que ainda considerada reduzida. Outra variação foi o uso do termo “os incapazes”.

Entre 1960 e 1980, começava-se a usar as expressões “os deficientes” e “os excepcionais” que focavam as deficiências e reforçavam o que as pessoas não conseguiam fazer como a maioria. Nos anos 80, por pressão da sociedade civil a Organização Mundial da Saúde lançou a terminologia “pessoas deficientes”. A partir deste ato iniciou-se uma conscientização e foi atribuído o valor “pessoas” aqueles que tinham deficiências, igualando-os em direitos a qualquer membro da sociedade.

Nos dias atuais, muitos nomes ainda são utilizados como pessoas portadoras de deficiência, pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE), pessoas especiais ou portadores de direitos especiais. Considerados ainda a terminologia inadequada por representar valores agregados a pessoa.

Um dos princípios utilizados pela Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2008 para embasar a escolha da terminologia “Pessoa com



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS



Deficiência” foi defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades atendendo às diferenças individuais.

Nesta linha os termos “Portador de Necessidades Especiais (PNE)” e “Portador de Deficiência” remetem a condição de que a pessoa “porta” sua deficiência e não que ter uma deficiência faz parte da pessoa. A pessoa tem uma deficiência. Tanto o verbo “portar” como o substantivo ou o adjetivo “portadora” não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa”.

Pelas fundamentações acima expostas, entendo de extrema relevância a medida ora proposta, por isso apresento o presente Projeto de Lei, contando com o auxílio dos nobres pares para sua aprovação.

  
FRANCISCO JR  
Deputado Estadual